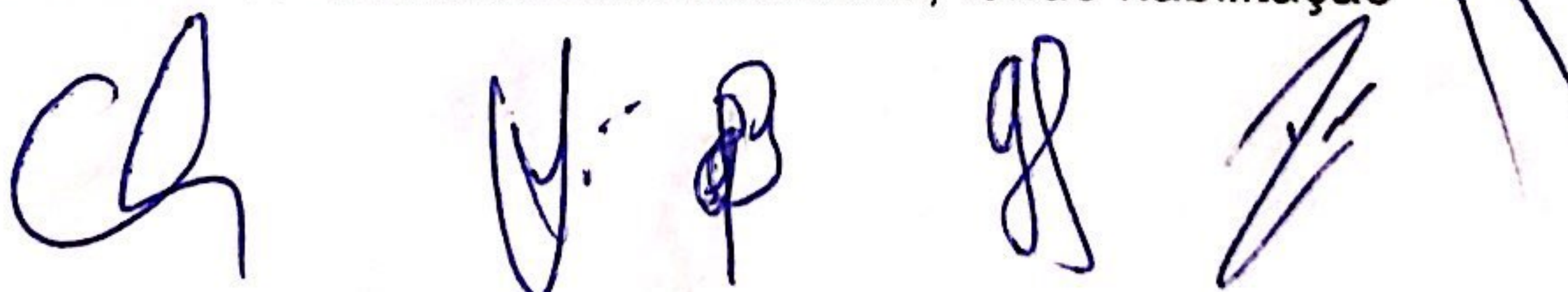


**ATA Nº 06/2019 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO.**

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às dezenove horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos de Balneário Camboriú, situada na Rua 1822, número 1510, neste município, os representantes do Conselho Municipal de Trânsito. Estiveram presentes os seguintes **conselheiros**: Karine Fátima Winter (Titular/FUMTRAN); Darci Rogério Muniz (Titular/29º DELEGACIA POLÍCIA CIVIL); Dhiemis Mete Pinheiro (Titular/13º BATALHÃO BOMBEIROS MILITAR); Gustavo Rauh Schroeder (Suplente/OAB); Rodrigo Bessani (Titular/ACIBALC); Moisés Rossi (Titular/CDL); Jair Rodrigues Palmeira (Lions Clube); Valdir de Andrade (Titular/CONSEG); Daniel Moreno Ferreira da Silva (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA); Karina de Cássia Ferri (AATBC); Luis Fernando S Bittencort (CONSEG); Edilson Evaristo (Rotary Club); **Outros participantes**: Suzan C. N. Carvalho (AATBC) e Chaves Junior (ACBC). É iniciada a reunião, com a seguinte pauta: **A-** Ações da Semana Nacional de Trânsito; **B-** Decreto de Regulamentação dos Patinetes. Dr Marcelo Araújo (Advogado Especialista em Trânsito) e Chaves (integrante da ACBC); **C-** Assuntos Gerais. Diretor Daniel, passa a palavra pra Conselheira Karine que aduz sobre o ponto **A** da pauta. **Ações da Semana Nacional de Trânsito**; ficando deliberado que **dia 15 de Setembro, domingo**: 5ª caminhada pela vida no trânsito praça tamandaré, **dia 23 segunda**: café da manhã em comemoração ao dia do agente de trânsito a definir depto trans e aatbc. É iniciada o ponto **B** da Pauta e o presidente Daniel agradece a presença do representante Chaves e do Dr. Marcelo Araújo e fala que o representante e o advogado especialista em trânsito explicarão a diferença entre auto-propelidos, ciclomotores e bicicletas elétricas de acordo com o código de trânsito brasileiro e que o assunto diz respeito não somente à questão de trânsito, mas também à segurança, com orientações referentes à fiscalização, para o qual foram convidadas estas pessoas para esclarecimentos. Logo, passa a palavra ao Dr. Marcelo Araújo o qual explica que a legislação de regulamentação considerada para esses veículos, não é municipal mas que esses conceitos estão no Código de Trânsito, em Resoluções do CONTRAN e geram debate no país todo. Fala que esses conceitos se tornaram mais evidentes a partir de dois mil e onze, e a partir daí se desencadeou esse questionamento, que veículo é esse, e se pode ser usado na via pública. Fala que esse questionamento começou em Brasília onde o Parque da cidade tem três pistas, de quatro, seis e dez quilômetros de extensão, onde tem ciclofaixa do lado e uma pista aberta para corrida do outro, com vários locais para prática esportiva, e a partir daí começou a tentativa de tentar conceituar. Fala sobre a Resolução 315 do CONTRAN (de 2009), que estabelece a equiparação dos veículos ciclo-elétricos aos ciclomotores e os equipamentos obrigatórios para condução nas vias públicas abertas à circulação. Depois surgiu a Resolução 375 do CONTRAN (de 2011) que foi revogada, e informa que hoje nós temos a 315 e a 465 (de 2013). Explica que basicamente devemos saber o que é considerado um **ciclomotor**, o que é uma **bicicleta** e o que é um **equipamento de mobilidade individual autopropelido**. Explica que para a Legislação Nacional, conforme o Código de Trânsito, é considerado ciclomotor o veículo de duas ou três rodas que não ultrapasse a velocidade de 50 Km/h (cinquenta quilômetros por hora) e não tenha cilindrada superior a 50 cc ou 50 cm³ (cinquenta centímetros cúbicos). Informa que até vinte e dois de janeiro de 1998 o conceito incluía a presença de pedais e a partir do CTB - Código de Trânsito Brasileiro, a exigência de pedais para o ciclomotor saiu. Era a época da jog, as quais não eram ciclomotores porque não tinham pedais. Era considerada uma motoneta, tendo habilitação

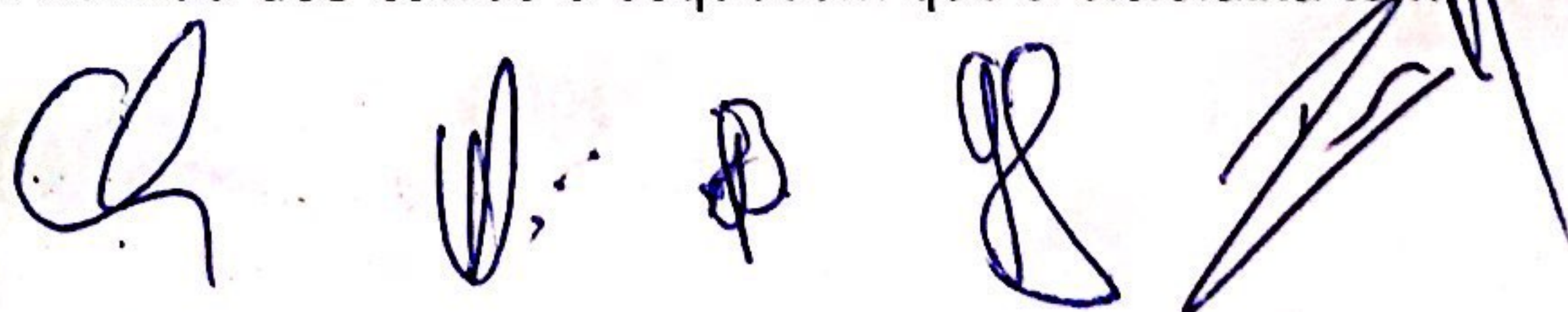




e outras exigências e a partir daí, se esse veículo não passasse das cinquenta cilindradas e não ultrapassasse os cinquenta quilômetros por hora, seria considerado um ciclomotor, então o fabricante transformou o que era motoneta em ciclomotor, que na época os menores de quatorze anos podiam conduzir. Mas, com a questão da sustentabilidade, agora temos a questão do elétrico, que se equiparou ao ciclomotor, considerando a cilindrada por potência elétrica em KW, até 2015 foi útil enquanto ao credenciamento. Falava-se que o ciclomotor estava entre Estado e Município, pois tinha a exigência de conduzir com a ACC, autorização para conduzir ciclomotores, mas o registro de licenciamento ficava no Município e o documento de condução tinha que tirar pelo estado, no DETRAN. Dr. Marcelo explica que segundo o artigo 62 do Código de Trânsito Brasileiro, não era crime dirigir sem a ACC, logo foi incluído ACC e na carteira de Habilitação passou a ter um espaço para ACC. e a partir de 2015 o registro de licenciamento passou a ser do Estado, tanto carteira quanto registro. Dr. Marcelo fala da diferença entre veículo automotor e de propulsão humana, sendo que o Município cuida de veículos de propulsão humana e passasse a pensar no veículo como algo passível de cometer atropelamento. Acrescenta que, a partir do momento que passa cem por cento para o Estado a regulamentação desse veículo, está colocando no Código de Trânsito, no artigo 19 porque posso cometer um crime inclusive embriaguez, na qual de bicicleta estaria isento, podendo passar na blitz. Esclarece que nos casos de homicídio, de acordo com o Código Penal, a pena é de um a três anos e nos casos de homicídio com ciclomotor de dois a quatro anos, consequentemente a pena para um homicídio com bicicleta é de um a três anos, e com um ciclomotor, de dois a quatro anos. Tem uma relevância grande na questão cível e penal. O CONTRAN resolveu criar um conceito que é um **equipamento de mobilidade individual autopropelido, entendendo por mobilidade um substituto dos membros inferiores**. Logo, fala dos veículos que **possuem motor a combustão**, se tratando de CICLOMOTORES, por isso esses patinetes são tratadas como ciclomotor, mesmo que sejam pequenos. Explica que o limite está dado pela Norma 9050, que trata como se fosse uma cadeira de rodas, sendo considerado como um substituto das pernas, por isso surgem os questionamentos como se é permitido atravessar a ponte da Barra com ele, por considerar que pode ser desmontado e colocado numa mala, mas devem respeitar alguns limites, os quais começaram a se expandir demais. Explica que a bicicleta com MOTOR A COMBUSTÃO, não é bicicleta, É CICLOMOTOR por isso tem que ter placa, registro e capacete. Bicicleta elétrica combinada com força humana é considerada bicicleta. Logo fala sobre o tamanho das bicicletas e esclarece que não depende do tamanho para ser ou não considerada uma bicicleta e que se houver a possibilidade de escolher entre fazer ou não esforço humano, não é considerado bicicleta. Explica que ciclomotores não se submeteram ao processo de regularização. Cita o exemplo da gaiola, veículo para usar em areia sem placa nem equipamento obrigatório, ninguém pergunta se pode circular com ele na rua, pois não é emplacado, nem registrado, precisaria categoria B, com farol, pisca e todas as exigências de um automóvel para circular na rua. Fala da Renault com o veículo de quatro rodas, elétrico, e o CONTRAN trata como quadriciclo, por considerar estrutura semelhante à moto, com motor a combustão e também veículo fechado com quatro rodas e elétrico. Foi enquadrado como quadriciclo para não ter as mesmas exigências dos automóveis. Fala da época em que começaram a aparecer os triciclos, que segundo a Convenção de Viena, pode ser considerado automóvel de três rodas. Informa que a Resolução 129 criou o conceito de TRICICLO FECHADO, com categoria A de três rodas, com parabrisas e



fechado em cima, sem necessidade do uso de capacete. Fala também dos tratores, que a partir de 2016, precisou de emplacamento para circular na via pública, sendo que antes não tinha a exigência de registro. Na sequência, passa a palavra para o **representante CHAVES**, que fala de uma parte mais ilustrativa do Decreto, explicando como foi escrito, ilustrando como é cada um deles. Bicicleta a gasolina passa a ser ciclomotor. Patinete com gasolina passa a ser ciclomotor e CICLOELÉTRICO é equiparado a um ciclomotor. Bicicleta que vc consegue pedalar e ela te auxilia eletricamente é bicicleta, mas quando tem aceleração sozinha é CICLOMOTOR. Fala das dimensões, de 1,20 m x 0,80 m de largura se equipara a um ciclomotor. Bicicleta elétrica não equipara a um ciclomotor porque precisa pedalar para circular. No que diz respeito aos patinetes, aqueles de aluguel, são considerados dentro da categoria de equipamento individual autopropelido, com potência até 4 Watts, se ultrapassar essa potência se transforma em ciclomotor (se compara a uma cadeira de rodas). Dr. Marcelo esclarece que não tem relevância a quantidade de rodas, só quando é ciclomotor. Domingos pergunta qual a velocidade permitida, sendo informado que na calçada é de 6 Km/h (seis quilômetros por hora), que é comparado a um caminhar vigoroso e em ciclovias ou ciclofaixas a 20 Km/h (vinte quilômetros por hora) comparada com a velocidade de um pedal de passeio. No que diz respeito à circulação nas ruas, quem se mantiver a 40 Km/h (quarenta quilômetros por hora) está certo, mas se vc não é atleta está a 30 Km/h (trinta quilômetros por hora). Explica que o treinador atinge 50 Km/h. Resolução abre esse precedente, se estiver na calçada, até 6 km/h, e se estiver na ciclofaixa, até 20 Km/h. CONTRAN diz que pode usar ciclofaixa (Estado). Dr. Marcelo explica que na Av. Marginal ( Art 24) a competência é do Prefeito Municipal, mas se acontecer algum acidente na BR é do Estado. Aqui em Balneário Camboriú falava-se em ciclofaixa compartilhada, mas ela é só para bicicleta e o restante ou vai para a calçada como pedestre ou para a rua como veículo. Logo é falado o passo a passo, e a diferença de pegar categoria A para categoria ACC, portanto como com categoria A pode conduzir qualquer moto e qualquer outro de qualquer cilindrada, as autoescolas não tem interesse em ter ciclomotor nem fazer habilitação para ACC, e sim só para A que é mais abrangente. Marcelo sugere CORTAR ELA (para não exceder o tamanho limite). Não é considerado alteração de características, pois não tem essa exigência de marca e modelo, então pode ser solucionado com pequenos ajustes. Chaves, ilustra cada um dos veículos e explica o que pode e não pode em ciclovia e ciclofaixa. Informa que aqueles veículos que não são a combustão e não tem potência maior que 4 Watts, podem andar na ciclofaixa. Fala da obrigatoriedade de uso de capacete pelo Decreto (não pelo CONTRAN) uso de campainha e luz noturna. Fica proibido usar esses objetos nas calçadas entre oito horas da manhã e meio dia nos finais de semana e feriados. Dr. Marcelo Fala da legislação local e compara com outros municípios. Daniel explica a questão do horário, que não é por acaso, mas por uma questão de segurança, por considerar que esses equipamentos vêm aumentando seu uso na ciclofaixa, por pensar nos idosos e as crianças dos moradores desses locais. Daniel fala que a Polícia Militar trouxe os dados, sendo 40 acidentes num curto espaço de tempo, com dois deles com traumatismo craniano, por isso se pensou num horário. Dr. explica que o Secretário disse que assim como recebe críticas de locadoras e lojas, também recebe elogios de idosos e moradores. Domingos acha que o limite de 20 km/h deve ser fiscalizado, pois alguns equipamentos andam a 50 km/h. Chaves fala que o Agente de trânsito deveria ter um meio de controlar. Dr. Marcelo fala que normalmente as pessoas numa travessia, associam o sentido dos carros e esquecem que a ciclofaixa tem





sentido duplo. Fala do princípio de proteção do ART. 29 do maior para o menor. Chaves fala que deve se ensinar o ciclista a se comportar na ciclofaixa, onde deve cuidar a preferência do pedestre. Chaves finaliza falando que é vedada a circulação nesses veículos carregando passageiros de qualquer espécie. Agente de trânsito fala que, mesmo aquele que tiver o espaço para passageiro, **NÃO PODE CARREGAR PASSAGEIRO**. Dr. Marcelo fala que não tem limitação na velocidade no autopropelido que pode estar a 20 Km/h na ciclofaixa (mesmo que seu velocímetro permita chegar a 100 km/h). Conselheiro fala que deu uma diminuída nos patinetes das oito horas ao meio dia. Fala também do carrinho de recicláveis, que está com os pés no chão mas não é considerado pedestre. Motorista de moto empurrando deve continuar na rua no sentido dos carros tendo as obrigações de um condutor de veículo. Chaves fala que os **CICLOMOTORES** não podem circular em ciclofaixa. Sempre à direita na via, no sentido do carro, com capacete fechado, usar retrovisores, freio e iluminação dianteira também. Vestuários adequados para segurança e uso da ACC ou CNH para motocicleta, É **LEI FEDERAL** que regulamenta o uso desses equipamentos. Se houver alguma dúvida ele se coloca à disposição para estar trazendo os esclarecimentos. Agente de trânsito fala da primeira abordagem que fez, e que era habilitado para categoria A mas estava sem capacete, não tinha placa, ele entendeu, pq estava andando em cima do deck e ela orientou, e ele aceitou muito bem e iria procurar o DETRAN para regularizar. Chaves esclarece que a fiscalização é de orientação pois não dá para regularizar. Agente orientou para não utilizar na ciclofaixa pq tinha muita gente. Dr. explica que isso daria conflito na rua com os veículos. Chaves questiona como está a questão da fiscalização. Daniel fala que os patinetes entraram na campanha. Ainda não começou, era para iniciar semana passada. Chaves entende que a conscientização já está sendo feita, Daniel responde afirmativamente. Chaves fala da velocidade dos ciclistas, e eles também devem ser abordados para mostrar seus deveres. Chaves fala que final de semana está sendo aberta mais uma via para as pessoas que praticam exercícios. Agente de Trânsito fala que as pessoas cobram achando que foi proibida a utilização de patinetes. No que se refere ao uso de capacete nas bicicletas, Chaves fala que não é obrigatório. Daniel abre para questionamentos, não sendo apresentadas mais dúvidas. Daniel agradece a presença do representante Chaves e do Dr. Marcelo. Dr. Marcelo fala que o trabalho feito com os Agentes foi de forma espontânea e que gosta da cidade. Agradece e se coloca à disposição. Sem mais a ser tratado, por encerrada a reunião e eu, Youri Charamitara, lavro a seguinte ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes, para que surta os efeitos legais.

